

ANA MARIA MACHADO

Ponto de fuga

Conversas sobre livros



COMPANHIA DAS LETRAS

Copyright © 2016 by Ana Maria Machado

Grafia atualizada segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, que entrou em vigor no Brasil em 2009.

Capa

Joana Figueiredo

Preparação

Mariana Delfini

Revisão

Adriana Bairrada

Carmen T. S. Costa

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Machado, Ana Maria

Ponto de fuga : conversas sobre livros / Ana Maria Machado. —
1ª ed. — São Paulo : Companhia das Letras, 2016.

ISBN 978-85-359-2612-5

1. Crítica literária 2. Ensaios literários 3. Escrita 4. Literatura
— História e crítica 5. Livros — Aspectos sociais 6. Livros e
leitura I. Título.

15-04808

CDD-809

Índice para catálogo sistemático:

1. Literatura: História e crítica

809

[2016]

Todos os direitos desta edição reservados à

EDITORA SCHWARCZ S.A.

Rua Bandeira Paulista, 702, cj. 32

04532-002 — São Paulo — SP

Telefone: (11) 3707-3500

Fax: (11) 3707-3501

www.companhiadasletras.com.br

www.blogdacompanhia.com.br

Sumário

Prefácio — Nas teias da linguagem, Marisa Lajolo	7
A ideologia da leitura	15
Leitura, livro e novas tecnologias	24
O trânsito da memória: Literatura e transição para a democracia no Brasil	44
Entre vacas e gansos: Escola, leitura e literatura	62
Outro chamado selvagem	75
Texturas: O Tao da teia — sobre textos e têxteis	85
Do bom e do melhor. E muito	123
Muito prazer: Notas para uma Erótica da narrativa	131
Livros infantis como pontes entre gerações	156
Fantasma oculto: Alguns segredos de quem escreve	171
Em louvor da narrativa	190
Pelas frestas e brechas: A importância da literatura infantojuvenil brasileira	208
Lá e cá: Algumas notas sobre a nacionalidade na literatura brasileira	226
<i>Publicações originais dos textos</i>	249

A ideologia da leitura*

Inicialmente, parto da premissa de que vocês leram meu texto sobre ideologia e livro infantil, apresentado no Congresso do Internacional Board on Books for Young People (IBBY) em Sevilha. Ao me convidarem para vir falar aqui, pediram-me que prosseguisse a partir dele, dizendo que já circulou muito entre vocês e é muito conhecido no Uruguai. Por isso, não vou repetir a argumentação que desenvolvi naquela conferência e me limito a recapitular rapidamente seus principais pontos, sem explicar nem dar exemplos. O que me interessa lembrar, antes de mais nada, sobre esse tema, é que não existe obra cultural inocente, todas estão carregadas de ideologia. Inclusive (ou principalmente) quando seus autores acreditam que não estão — já dizia Roland Barthes, fazendo uma brilhante demonstração desse ponto de vista.**

* Palestra proferida no Congresso da Associação de Literatura Infantil, em Montevideu, em setembro de 1996.

** Ana Maria Machado, *Contracorrente: Conversas sobre leitura e política*. São Paulo: Ática, 1999. p. 29.

No caso de obras dirigidas às crianças, a ideologia tradicional universalmente presente é a que reafirma a dominação do mais fraco pelo mais forte — histórias que ensinam aos pequenos que os adultos sabem mais, são mais experientes, podem decidir melhor sobre os problemas da vida e que cabe às crianças obedecer.

Apesar disso, a obra de arte tende a ser subversiva e a afirmar a rebeldia individual frente à autoridade. Por sua própria natureza, a criação artística procura caminhos de inconformidade e ruptura. Prefere sempre a criação de protótipos, aquilo que ainda não existe, em vez de se limitar à repetição de estereótipos. E como, bem comprovou Barthes, que torno a citar, “há uma identidade entre ideologia e estereótipo”. Quanto mais livre de estereótipos for uma obra, mais livre de ideologia será. Consequentemente, quando se escolhe para a leitura infantil um conjunto de obras que procure antes de mais nada ter qualidades estéticas, existe muito mais probabilidade de que sua mensagem seja libertária e comprometida com mudanças do que quando se prefere seguir o cânone que indica livros tradicionalmente aceitos pelo mundo da didática e da pedagogia, em geral mais preocupado com os conteúdos e a transmissão de valores já estabelecidos e consagrados pelas autoridades.

Evidentemente, não se trata de uma divisão rígida, e pode haver exceções dos dois lados. Mas, como ponto de partida, se não desejamos que se perpetue um sistema de dominação da criança, é mais seguro tentar lhes oferecer livros que tenham mais a ver com arte do que com ensino, com a formulação de perguntas do que com a imposição de respostas. Textos que recusem o estereótipo como ponto de partida, que sejam distintos, novos, únicos em sua diferença e originalidade, o que lhes permitirá enfrentar a carga de repetições, estereótipos e códigos culturais que os atravessarão, apesar de tudo — e aí está seu paradoxo e sua força. Sem redundância, não serão legíveis e não se comunicam; sem ruptura, não criam e não abrem caminhos. Por isso tantas

vezes as paródias são interessantes e ricas nos livros infantis. Elas brincam com formas conhecidas e estabelecidas, mas as reescrevem, zombam delas, as desnudam e deformam, revelando seus significados ocultos. Exatamente como fez a arte moderna, e penso especialmente no modernismo brasileiro.

Apesar disso, convém não se fazer de inocente: a carga ideológica pode ser tênue, mas sempre continuará a existir. É por isso que proponho, em seguida a esse recurso citado (a preferência por verdadeiros textos literários, exemplos da arte da palavra), outros dois procedimentos de defesa do leitor — para que não seja docilmente colonizado pela escrita, para que a autoria não se transforme em autoritarismo do autor. O primeiro seria o desenvolvimento da capacidade de leitura crítica, em condições de ver o que se esconde debaixo da superfície das palavras do texto, de descobrir o que está nas entrelinhas. O segundo seria uma grande variedade de leituras, uma diversidade capaz de fornecer alimento e munição para o diálogo de contradições, capaz de fazer com que um texto discorde de outro, o conteste e sugira alternativas a ele.

Ou seja: se eu tivesse que resumir ainda mais este resumo do trabalho que apresentei em Sevilha, diria simplesmente que se deve ler o que tem valor artístico, ler criticamente e ler em quantidade. Conviver criticamente com o ideológico. Para tanto, porém, é necessário estar consciente de que essa expressão pressupõe o exercício permanente da razão, do pensamento. Estou inteiramente de acordo com Terry Eagleton, quando ele afirma que o dogmatismo supremo, hoje em dia, é o intuicionismo, a atitude que leva a dizer: “Eu já sei que isto é muito bom (ou muito ruim) e não discuto”. A atitude ora aparece como tietagem, ora como patrulhamento.

Como se pode perceber, neste instante estamos nos afastando do enfoque tradicional da discussão sobre literatura e ideologia, sempre centrado na ideologia da escrita, no conteúdo do texto. Passamos a focalizar algo muito mais sutil, e que geralmente fica

esquecido, embora seja fundamental: a ideologia da leitura, da carga que o leitor traz ao ato de ler.

Nos últimos quinze anos, depois que comecei a publicar também romances para adultos, deparei-me com uma pergunta frequente de jornalistas em entrevistas. Uma questão que nunca me haviam apresentado antes e que não me havia ocorrido: se existe uma escrita feminina. No primeiro momento, fui respondendo que não, nunca pensei em escrever de maneira diferente porque sou mulher. Mas como a pergunta sempre se repetia, comecei a pensar mais no assunto, porque de alguma forma a resposta que eu estava dando, ainda que sincera, não me satisfazia. Hoje acredito que sim, com toda certeza existe essa escrita feminina. Se falo como mulher, ando como mulher, sinto como mulher, sem dúvida olho o mundo e escrevo como mulher. Mas não sei de que modo essa minha escrita será diferente e não me preocupo em saber, prefiro seguir fazendo o que sempre fiz e lidar com a criação intuitivamente. De qualquer maneira, comecei a pensar na questão. E fui percebendo algo que é muito nítido e evidente, e que eu também nem desconfiava que existisse, nem nunca ouvi ninguém falar nisso ou perguntar em entrevistas. Mas existe, sim, uma *leitura* feminina, muito diferente da leitura masculina.

O que chamo de atitude masculina na leitura é uma tendência ao enfrentamento com o texto, a uma oposição de princípio, a um desejo de dominar a diferença como se o outro fosse uma ameaça, como se o escrito ocultasse uma espécie de agressão territorial ao leitor, que precisa ser rechaçada. Ou como se esse texto escondesse uma insinuação de rebeldia, uma tentação inaceitável, uma sedução inadmissível, uma negação da autoridade e uma tentativa de diminuir o poder patriarcal de quem lê. Algo a ser refutado e recusado, negado sempre que possível.

Por outro lado, a leitura feminina tenderia a abrir espaços para o outro, a recebê-lo e aceitá-lo com prazer, deixando-se fe-

cundar pela diferença, alimentando-a com a própria carne e sangue, para que amadureça e cresça nas entranhas. É a leitura que recebe o texto, emprenha-se de suas ideias e palavras, dá-lhes tempo para se desenvolverem, guardando-as com carinho até que estejam prontas a serem entregues ao mundo exterior, sob forma nova e autônoma, de mistura com tudo o que o próprio leitor lhes apartou. Uma leitura escancarada para o diálogo, o encantamento e o prazer. É verdade que existem mulheres que leem com hostilidade, como se fossem homens desconfiados. E há maravilhosos leitores homens que leem com doçura e generosidade. Mas os dois tipos de leitura existem. Muitas vezes misturados e equilibrados, outras vezes com predomínio de um deles.

Essa constatação me fez pensar mais na questão da ideologia da leitura. Parece-me que esse tema é particularmente importante no caso dos livros infantis, porque se trata de uma leitura que passa pela mediação de leitores adultos e poderosos, na família ou na escola. Sendo assim, é uma leitura com graves riscos de trazer de contrabando uma ideologia clandestina, que vai se infiltrando na criança e nem estava no livro. Desse modo, livros subversivos podem ser lidos pelos adultos para as crianças como se fossem lições de conformismo transformados em fábulas com moral. Livros conformistas e autoritários podem ser lidos como exemplos de ideal, desejáveis para formar uma geração submissa. Livros inteligentes, irreverentes e deliciosamente inventivos podem ser lidos como uma piada ou brincadeira, ou censurados como politicamente incorretos, nestes tempos de tão pouca sutileza e leitura ainda mais parca.

Por tudo isso, gostaria de encerrar estas reflexões com um convite ao debate não sobre livros infantis, mas sobre nossa leitura. Que lemos nós, os adultos? E como lemos? O crítico britânico Terry Eagleton, que citei há pouco e é um estudioso de ideologia, um desses divertidíssimos e agudos socialistas ingleses que é um

prazer ler, diz que a crise atual da cultura se apoia num paradoxo — esta sociedade de consumo se autodesconstrói. Por um lado, ela gosta de afirmar que a arte, a religião e o corpo/sexualidade são algo particular e íntimo, ninguém tem nada a ver com o que o indivíduo faz com eles, não pertencem à esfera do social, como acreditavam as gerações precedentes. Essa aparente liberdade leva ao fim dos valores coletivos nessas áreas. Tudo se relativiza. Assim, a cultura — e principalmente a literatura — é levada a se transformar num repositório de absolutos e é encarada como a resposta às questões humanas. Ao mesmo tempo, por outro lado, essa sociedade de consumo exige da cultura (sobretudo da literatura, novamente) que seja fiel à manifestação das novas consciências que afloram (nacionalismos, feminismo, etnias diversas), e com isso ela deixa de poder responder aos problemas globais, *porque passa a ser vista como parte do problema*, território de afirmação necessariamente parcial e negação do resto. Outro aspecto do paradoxo pós-modernista, para Eagleton, seria o predomínio do mercado, aceitando que o artista ofereça o que quiser. Vale tudo, qualquer um pode fazer qualquer coisa. Começa então uma corrida para oferecer o que seja mais fácil e renda mais dinheiro — inclusive a agressividade, a violência, a psicopatia que dominam os *mass media*, por exemplo, ao lado de outras coisas que, evidentemente, não deviam valer, segundo os valores éticos que vigoravam até este atual domínio do mercado. O que essa sociedade de consumo está provando é que, se o dinheiro é a medida de tudo e a violência dá mais dinheiro, é claro que ela vale mais do que os chamados valores morais. E estes vão sendo abandonados. É profundamente coerente, uma consequência lógica da premissa que se escolheu.

Todos esses aspectos carregam a leitura de um peso ideológico inegável. Vou dar alguns exemplos, no caso da literatura infantil, com leituras diferentes do meu livro *Menina bonita do laço de fita*, publicado pela editora Ática.

A história deste livro surgiu para mim a partir de uma brincadeira que eu fazia com minha filha recém-nascida de meu segundo casamento. Seu pai, de ascendência italiana, tem a pele muito mais clara do que a minha e a de meu primeiro marido. Portanto, meus dois filhos mais velhos, Rodrigo e Pedro, são mais morenos que Luísa. Quando ela nasceu, ganhou um coelhinho branco de pelúcia. Até uns dez meses de idade, Luísa quase não tinha cabelo, e eu costumava pôr um lacinho de fita na cabeça dela quando íamos passear, para ficar com cara de menina. Como era muito clarinha, eu brincava com ela, provocando risadas com o coelhinho que lhe fazia cócegas de leve na barriga, e perguntava (eu fazia uma voz engraçada): “Menina bonita do laço de fita, qual é seu segredo pra ser tão bonitinha?”. E, com outra voz, enquanto ela estava rindo, eu e seus irmãos íamos respondendo o que nos dava na telha: é porque caí no leite, porque comi arroz demais, porque meu irmão passou pasta de dentes em mim, porque me jogaram muito talco, porque me pinteí com giz etc. No fim, outra voz, mais grossa, dizia algo do tipo: “Não, nada disso, foi uma avó italiana que deu carne e osso para ela...”. Os irmãos riam muito, ela ria, era divertido. Um dia, ouvindo isso, o pai dela (que é músico) disse que tínhamos quase pronta uma canção com essa brincadeira, ou uma história, e que eu devia escrever. Gostei da ideia, mas achei que o tema de uma menina linda e loura, ou da Branca de Neve, já estava gasto demais. E nem tem nada a ver com a realidade do Brasil. Então a transformei numa pretinha e fiz as mudanças necessárias: a tinta preta, as jabuticabas, o café, o feijão-preto etc.

O livro fez muito sucesso e foi traduzido em vários países. Onde, evidentemente, foi encontrando leituras ideológicas distintas e variadas.

Na América Latina, região acostumada a misturas e mestiçagens, teve a honra de ser recomendado e incluído em premia-

ções e seleções de melhores obras na Venezuela, na Colômbia, na Argentina.

Na Suécia, também teve uma recomendação especial nas bibliotecas públicas, como um exemplo de convívio multicultural e pluriétnico.

Em outro país nórdico, na Dinamarca, uma funcionária muito militante, do setor de bibliotecas, o condenou e recomendou que as bibliotecas não o comprassem, porque o livro sugere que é possível que negros e brancos vivam em paz como bons vizinhos, sem que os negros lutem por seus direitos e façam valer suas reivindicações daquilo que a sociedade lhes nega. Para ela, o livro seria uma desmobilização da luta e uma incitação ao conformismo.

Nos Estados Unidos, num debate com professoras primárias em Wisconsin, uma delas pediu a palavra e disse que achava espantoso que eu tivesse a coragem de associar numa mesma história uma menina negra e um coelho, quando todos sabem que o coelho é um símbolo de promiscuidade sexual e de proliferação, e que essa associação era ofensiva aos negros. Mesmo se levássemos em conta que eu sou latina e que essas questões de promiscuidade não nos assustam tanto em nossa cultura. De tão estupefata, fiquei sem reação no primeiro instante, e não sabia o que responder. O que foi muito bom, porque meu silêncio permitiu que outra professora, e esta era negra, me defendesse frente à primeira, branca e loura. Contou que seus alunos tinham lido o livro e ficaram encantados, adoraram se reconhecer como bonitos e donos de um padrão invejável de beleza, capaz de obcecar um amiguinho branco.

No Norte do Brasil, numa livraria de Belém, apresentou-se a mim uma vendedora negra e linda, dizendo: “Muito prazer, eu queria muito conhecer você. Eu sou a Menina Bonita do Laço de Fita”. E contou que dez anos antes o livro fora parar em suas mãos

por acaso e ela o leu. Ela se achava bonita e deliciou-se em ver que os livros reconheciam isso e eram capazes de mostrá-la linda. Identificou a leitura com verdade, coragem, e o livro como uma espécie de espelho mágico, que a refletia e revelava como sabia que era, mas nem sempre era vista pelos outros. Interessou-se por livros, não tinha dinheiro para comprá-los, foi trabalhar numa livraria para aproveitar os momentos livres e ler tudo o que lhe caísse nas mãos. Acabava de convencer o patrão a abrir a primeira livraria infantil da Amazônia sob sua responsabilidade.

Posso falar de outras leituras, mas não há muito tempo, nem é o caso. Estas bastam para atestar o que eu gostaria de ver discutido aqui. Um livro não é apenas aquilo que está escrito nele, mas também a leitura que se faz desse texto. Os dois processos são ideológicos. Os dois pressupõem uma determinada visão do mundo. Para que o livro tenha um potencial rico, com muitas significações, é necessário que seja cuidado, tenha qualidades estéticas, seja um exemplo de criação original e não estereotipada. Mas, para que esse livro possa manifestar esse seu potencial, torná-lo real, é indispensável que encontre um leitor generoso que possa fazê-lo dialogar com muitas outras obras, com visões de mundo enriquecidas pela pluralidade e pela aceitação democrática da diferença. Somente dessa maneira o livro deixará de ser um ponto de chegada para se transformar num ponto de partida permanente para outras leituras — de textos e do mundo. Ou dos inúmeros e inumeráveis mundos que existem, que não queremos mais que continuem existindo ou que sonhamos que um dia possam vir a existir.